



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI GABINETE DO PREFEITO

Rua Placídio Leite, 148, Centro - Telefone: 0800 400 1005 - CNPJ: 75.658.377/0001-31
ARAPOTI - PARANÁ

LEI COMPLEMENTAR Nº 168/2025

Institui o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS Municipal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPOTI, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art.1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS Municipal, com a finalidade de promover a regularização de créditos tributários do Município de Arapoti, com vencimento até 31 de dezembro de 2024, decorrentes de débitos tributários ou não tributários de pessoas físicas ou jurídicas, constituídos ou não, inscritos em dívida ativa, os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado.

Art.2º. A administração do REFIS Municipal será exercida pela Divisão de Tributação e Cadastro, a quem compete o gerenciamento e a implementação dos procedimentos necessários à execução do Programa, e compreenderá:

- I - Expedição de atos normativos necessários à execução do Programa;
- II - Promoção da integração das rotinas e procedimentos necessários à execução do REFIS Municipal, especialmente no que se refere aos sistemas informatizados dos Departamentos envolvidos;
- III - Recebimento das opções pelo REFIS Municipal;
- IV - Exclusão dos optantes que descumprirem o Programa.

Art.3º. O ingresso no REFIS Municipal dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, permitida a consolidação dos débitos fiscais referidos no Artigo 1º, desta Lei, decorrentes de obrigação própria ou de responsabilidade tributária, conforme definido no Código Tributário Nacional.

§1º. O ingresso no REFIS Municipal terá por base a data da opção e ocorrerá mediante confissão de dívida, que deverá ser assinada pelo titular ou responsável legal.

§2º. A consolidação abrangerá todos os débitos tributários ou não tributários



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI GABINETE DO PREFEITO

Rua Placídio Leite, 148, Centro - Telefone: 0800 400 1005 - CNPJ: 75.658.377/0001-31
ARAPOTI - PARANÁ

existentes em nome do sujeito passivo, constituídos ou não, inclusive os acréscimos legais, como multa, juros e atualização da UFMA, determinados nos termos da legislação municipal em vigor.

Art. 4º. A opção pelo REFIS Municipal poderá ser formalizada até o dia 30 de junho de 2026, através do Termo de Opção fornecido pela Divisão de Tributação e Cadastro.

§1º. A opção a que se refere este artigo implica:

I - Suspensão da exigibilidade dos débitos tributários, na forma do Artigo 151, inciso VI do Código Tributário Nacional, após o pagamento da primeira parcela;

II - Aceitação e cumprimento integral das normas e condições estabelecidas no Programa;

III - Renúncia a ações judiciais propostas em face do Município de Arapoti;

IV - Exclusão de qualquer outra forma de parcelamento de débitos tributários ou não tributários, referidos no Artigo 1º, desta Lei;

V - Confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos incluídos no Programa confessados no Termo de Opção;

VI - Pagamento regular das parcelas do débito consolidado.

§2º. Havendo necessidade de prorrogar o prazo estipulado no caput deste artigo, o Executivo Municipal o fará por Decreto.

Art.5º. O pagamento dos tributos a que se refere esta Lei poderá ser efetuado nas seguintes condições:

I - À vista ou em até 06 (seis) parcelas fixas e iguais, com desconto de 100% (cem por cento) sobre juros e multa;

II - 07 (sete) a 12 (doze) parcelas fixas e iguais, com desconto de 60% (sessenta por cento) sobre juros e multa;

III - 13 (treze) a 36 (trinta e seis) parcelas fixas e iguais, com desconto de 30% (trinta por cento) sobre juros e multa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI
GABINETE DO PREFEITO

Rua Placídio Leite, 148, Centro - Telefone: 0800 400 1005 - CNPJ: 75.658.377/0001-31
ARAPOTI - PARANÁ

IV - 37 (trinta e sete) a 60 (sessenta) parcelas fixas e iguais sem desconto de juros e multa.

§1º. Quando do cálculo dos débitos tributários os mesmos serão atualizados pela UFMA, acrescidos de juros e multa previstos na lei que instituiu o respectivo tributo.

§2º. O valor da parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa física e R\$ 100,00 (cem reais) para pessoa jurídica.

§3º. As parcelas pagas após os respectivos vencimentos sofrerão acréscimos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e de multa de mora de 10% (dez por cento).

§4º. A adesão ao REFIS será efetivada mediante entrada de 10% do valor total devido, e em um prazo máximo de 05 dias a contar da assinatura do Termo de Opção.

§5º. O não recolhimento do valor da entrada dentro do prazo para pagamento, mencionados no §4º, implicará em revogação automática da opção pelo REFIS.

Art.6º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a anistia a crédito tributário constituído em decorrência do descumprimento de obrigação tributária acessória (multa), exigido por notificação fiscal, observadas as seguintes condições:

I - 01 (uma) parcela anistia de 50% (cinquenta por cento) das multas acessórias;

II - 02 (duas) a 05 (cinco) parcelas anistia de 40% (quarenta por cento) das multas acessórias;

III - 06 (seis) a 12 (doze) parcelas anistia de 30% (trinta por cento) das multas acessórias.

Art.7º. O sujeito passivo optante pelo REFIS Municipal será dele excluído, mediante ato da Divisão de Tributação e Cadastro, nas seguintes hipóteses:

I - Inobservância de qualquer das exigências estabelecidas no Programa;

II - Compensação ou utilização indevida de créditos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI
GABINETE DO PREFEITO

Rua Placídio Leite, 148, Centro - Telefone: 0800 400 1005 - CNPJ: 75.658.377/0001-31
ARAPOTI - PARANÁ

- III - Decretação de falência, extinção, liquidação ou cisão da pessoa jurídica;
- IV - Falecimento ou insolvência do sujeito passivo, quando pessoa física, salvo se os herdeiros ou sucessores assumirem as obrigações do REFIS Municipal;
- V - Prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita da optante, mediante simulação de ato;
- VI - Decisão definitiva, na esfera judicial, total ou parcialmente desfavorável à pessoa física ou jurídica;
- VII - Inadimplência de 03 (três) parcelas consecutivas, ou 05 (cinco) alternadas, o que primeiro ocorrer;
- VIII - Atraso no pagamento dos tributos municipais durante o período em que o sujeito passivo estiver cadastrado no REFIS Municipal.

§1º. A exclusão do sujeito passivo do REFIS Municipal implicará a imediata exigibilidade da totalidade do débito tributário confessado e ainda não pago.

§2º. Ocorrendo a exclusão prevista no parágrafo anterior, restabelece-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, com a inscrição automática do débito em dívida ativa e consequente cobrança judicial conforme lei de execuções fiscais art. 4º e 5º, Código Tributário Municipal art. 384 e Lei de Responsabilidade Fiscal art. 14 ou extrajudicial conforme convênio celebrado com o **INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL - IEPTB - SECÇÃO PARANÁ**, conforme dispõe a cláusula primeira e Art. 383 do Código Tributário Municipal.

Art.8º. O REFIS Municipal não alcança débitos relativos ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI.

§1º. Fica autorizado excepcionalmente o REFIS Municipal dos débitos relativos à Contribuição de Melhoria, débitos em execução fiscal, débitos protestados e débitos já parcelados no mesmo programa e não pagos, se promovido mediante pagamento em cota única, observando os termos do artigo 5º.

§2º. O optante terá o direito de efetivar sua adesão ao REFIS somente uma vez por cadastro de contribuinte, mobiliário ou imobiliário, e só poderá optar por novo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI GABINETE DO PREFEITO

Rua Plácido Leite, 148, Centro - Telefone: 0800 400 1005 - CNPJ: 75.658.377/0001-31
ARAPOTI - PARANÁ

parcelamento de débitos no mesmo cadastro após a quitação do parcelamento anterior.

Art.9º. O Poder Executivo poderá fixar por Decreto procedimentos e condições para que se dê cumprimento ao programa previsto nesta Lei bem como para a prorrogação do prazo previsto no art. 4º desta Lei.

Art.10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Vereador Claudir Dias Novochadlo.
Gabinete do Prefeito, 09 de julho de 2025.

-IRANI JOSÉ BARROS-
Prefeito Municipal

Autor: Poder Executivo.

